

1 **ATA DA REUNIÃO DO FÓRUM DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
2 **SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, REALIZADA NO DIA ONZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS:**
3 Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, em
4 reunião presencial realizada na sede do Conselho Municipal de Saúde, na presença de todos que
5 assinaram a lista de presença própria e da equipe técnica do Conselho Municipal de Saúde, deu-se
6 início à reunião do FÓRUM DOS TRABALHADORES DA SAÚDE do Conselho Municipal de Saúde de São
7 José do Preto com INFORMES: **PRIMEIRO INFORME: INFORMES DA MESA DIRETORA - Antonio**
8 **Fernando Araujo. Assunto:** O Sr. Ulisses cumprimentou os presentes e passou a palavra à Bianca, que
9 informou que, a partir do dia 13/05/2026, iniciar-se-ão as inscrições da etapa municipal da 18ª
10 Conferência Nacional de Saúde, programada para ocorrer no dia 20/06/2026, no Ipê Park Hotel, das
11 08h30 às 17h. O tema central da 18ª Conferência Nacional de Saúde será “Saúde, Democracia,
12 Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”, subdividido em quatro eixos temáticos. **SEGUNDO**
13 **INFORME: EMENDAS IMPOSITIVAS DE VEREADORES DESTINADAS À SAÚDE - Frederico Duarte.**
14 **Assunto:** Em seguida, Reginalda passou a palavra à Sra. Fernanda, do Departamento de Planejamento,
15 setor de Projetos em Saúde, que apresentou o panorama das emendas impositivas da Câmara
16 Municipal de São José do Rio Preto destinadas à área da saúde. Celeste informou que as indicações
17 legislativas totalizam 126 emendas. Relatou que a Secretaria Municipal de Saúde foi beneficiada com
18 50 emendas, que totalizam R\$ 6.343.772,35 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos
19 e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Em relação às entidades parceiras e instituições
20 filantrópicas, foram destinadas 76 emendas, perfazendo o valor de R\$ 15.440.892,73 (quinze milhões,
21 quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos). Detalhou a
22 distribuição por entidade, apresentando os seguintes valores totais por instituição: Instituto dos Cegos
23 Trabalhadores (R\$ 4.182.960,19); Instituto FACERES (R\$ 4.057.020,15); Santa Casa de Rio Preto (R\$
24 3.594.012,14); Instituto HORA (R\$ 1.542.880,10); FUNFARME (R\$ 712.940,05); Hospital Bezerra de
25 Menezes (R\$ 521.740,05); APAE (R\$ 430.340,05); Associação Renascer (R\$ 330.000,00) e Hospita-Lar
26 Nossa Senhora das Graças (R\$ 69.000,00). **ORDEM DO DIA - PRIMEIRO PONTO DE PAUTA:**
27 **APRESENTAÇÃO SOBRE A HABILITAÇÃO DE DUAS EQUIPES DE CUIDADOS PALIATIVOS, UMA**
28 **MACRORREGIONAL E UMA ASSISTENCIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Frederico**
29 **Duarte. Assunto:** Ulisses passou a palavra à Sra. Viviane, responsável pelo Departamento de Atenção
30 Especializada, que discorreu sobre o projeto de implementação da Política Nacional de Cuidados
31 Paliativos. Informou que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) integra o Programa de Apoio ao
32 Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), desenvolvido pelo Ministério da Saúde em
33 parceria com instituições privadas de excelência, sendo o Hospital Sírio-Libanês a instituição parceira
34 responsável pela capacitação e qualificação técnica no projeto. Relatou que a iniciativa conta com a
35 participação do município por meio do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do SAMU, além do
36 Hospital de Base e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Mirassol. Destacou que as
37 capacitações visam à estruturação da política nacional de forma regionalizada. Esclareceu que a
38 portaria vigente do Ministério da Saúde prevê habilitação para as equipes em dois modelos: o
39 macrorregional, destinado a populações de até 500 mil habitantes, critério no qual o município se
40 enquadra, e o assistencial, vinculado ao quantitativo de 400 leitos SUS. Ressaltou que a DRS-XV
41 sinalizou favoravelmente à habilitação de ambas as equipes pela gestão municipal e que o Hospital de

42 Base também procederá com a habilitação de uma equipe macrorregional. Salientou que a
43 composição profissional das equipes observará as diretrizes da portaria ministerial e que o processo
44 de habilitação deverá ser pactuado em Comissão Intergestores Regional (CIR). Por fim, ressaltou que
45 a medida visa à qualificação da assistência e à estruturação da rede de cuidados paliativos na região
46 para o atendimento de pacientes com tais demandas.. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E**
47 **DELIBERAÇÃO DA MINUTA DO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
48 **SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, APRESENTADA PELO GRUPO DE TRABALHO DE REVISÃO -**
49 **Antonio Fernando Araujo. Assunto:** Reginalda convidou o Sr. Kamael, assessor jurídico do CMS, para
50 proceder à apresentação da proposta. Inicialmente, lembrou que o grupo de trabalho foi criado para
51 atualizar e reestruturar o texto vigente, o qual permanecia sem alterações desde 2013. Ressaltou que
52 a nova minuta visa garantir maior segurança jurídica e modernizar o Código sob os aspectos jurídico,
53 administrativo e institucional, adequando-o à legislação atual e às necessidades práticas do controle
54 social no SUS. Destacou, como primeiro ponto de aprimoramento, o fortalecimento do devido
55 processo legal, disciplinando detalhadamente as etapas de admissibilidade, instrução processual,
56 produção de provas, relatório final e pedido de reconsideração. Relatou que os prazos passarão a ser
57 contados em dias úteis e que foram regulamentadas formas de notificação para assegurar o
58 contraditório e a ampla defesa. Informou, ainda, sobre a adequação normativa à Lei Geral de Proteção
59 de Dados (LGPD) e a inclusão inédita de direitos e prerrogativas dos conselheiros, garantindo
60 autonomia, liberdade de manifestação, acesso a informações e suporte técnico. Quanto ao regime
61 sancionatório, apresentou critérios objetivos e proporcionais para a aplicação de penalidades,
62 classificando as infrações em leves, médias e graves, além de considerar atenuantes, agravantes e a
63 possibilidade de reabilitação funcional. Salientou a introdução de mecanismos de mediação de
64 conflitos e medidas educativas, como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para casos de menor
65 gravidade. Discorreu sobre o aprimoramento das regras de integridade, com vedações expressas ao
66 assédio, à discriminação e ao conflito de interesses. Por fim, citou as medidas de garantia da
67 regularidade processual, incluindo a previsão de afastamento cautelar temporário e regras de
68 prescrição. Concluiu afirmando que o instrumento fortalece a transparência e a legitimidade das
69 atividades do CMS. Em seguida, a matéria foi colocada em votação, sendo deliberada e aprovada por
70 unanimidade pelos presentes. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: DISCUSSÃO SOBRE A ANULAÇÃO DO**
71 **CONVÊNIO N°. 02/2026, FIRMADO ENTRE A SMS E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CASA**
72 **BRANCA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES – Antonio Fernando Araujo. Assunto:** Reginalda relatou
73 como ocorreu a reunião ordinária do mês de abril, na qual foi apresentado o projeto aos conselheiros
74 e, em seguida, houve a sugestão do presidente do CMS de conversão e inclusão da proposta em pauta
75 para deliberação. Informou que a proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes, reforçando,
76 contudo, que o voto foi proferido objetivando o bem da população, bem como que não houve
77 qualquer pressão para aprovação pelos conselheiros. Reginalda desculpou-se pelo seu voto,
78 manifestação acompanhada por Ulisses, que relatou ter sido informado, em reunião, de que não havia
79 interessados no município para a realização do projeto. Ulisses afirmou que, analisando a situação
80 posteriormente, percebeu que o tema deveria ter sido melhor planejado e submetido previamente a
81 mais comissões antes de ser deliberado em reunião plenária. Bianca pontuou que não houve análise
82 prévia, pela equipe técnica do Conselho, dos documentos do projeto então aprovado. Explicou, ainda,

83 que faz parte de suas obrigações regimentais conferir se os documentos estão em conformidade para
84 serem pautados; contudo, no presente caso, não houve encaminhamento prévio para inclusão na
85 ordem do dia, tendo ocorrido apenas uma solicitação de apresentação como informe. Por fim, Bianca
86 reforçou que o rito regimental foi cumprido corretamente, com pedido de inclusão urgente em pauta
87 aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Greziele relatou que, sempre que se recebe algo
88 benéfico para o município, há vontade e urgência na aprovação da proposta, haja vista tratar-se de
89 pautas importantes e relevantes para a população, gerando uma ansiedade de boa-fé pela aprovação.
90 Afirmou, ainda, que fica a lição de que, quando se trata de saúde, é necessária uma análise criteriosa,
91 inclusive com uma semana adicional para análise dos documentos. Bianca afirmou que o presidente
92 se reuniu com conselheiros do segmento usuário para explicar o ocorrido em termos regimentais,
93 ressaltando a boa-fé de todos os conselheiros quando da aprovação. Ulisses afirmou que, no papel de
94 conselheiro, é importante buscar as informações corretas. Bianca ressaltou que o tema será discutido
95 na reunião ordinária, lembrando que a transmissão ocorre ao vivo pelo canal do YouTube e é aberta
96 ao público. **PRIMEIRO INFORME/PAUTA DO FÓRUM DOS TRABALHADORES: DEVOLUTIVA QUANTO**
97 **AOS OFÍCIOS DELIBERADOS NO FÓRUM DOS TRABALHADORES. ASSUNTO:** Ulisses iniciou informando
98 que não houve retorno dos ofícios encaminhados. Com relação ao Ofício CMS nº 42/2026, que trata
99 das solicitações e questionamentos acerca dos equipamentos de informática nas unidades de saúde,
100 o Sr. Leandro Brito, coordenador da T.I. da SMS, compareceu para prestar os esclarecimentos
101 necessários. Inicialmente, informou que há processo de empenho em andamento para a aquisição de
102 trezentos computadores, dos quais duzentos e cinquenta serão destinados às unidades de saúde, além
103 de quatrocentas licenças do sistema Windows, cinquenta licenças do pacote Office, dentre outros
104 itens. Relatou que a equipe é composta por dois técnicos de laboratório para atender toda a Secretaria
105 Municipal de Saúde e exemplificou situações recorrentes na rotina de trabalho quanto ao fluxo de
106 demandas. Relatou, ainda, o processo de aquisição de 474 baterias utilizadas para renovação dos
107 equipamentos de nobreak, o que já gerou economia de cerca de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).
108 Informou também que está em análise a aquisição, em sistema de outsourcing, de 500 tablets para
109 todos os agentes de saúde, modalidade que funciona como locação dos aparelhos, tendo em vista o
110 elevado custo de aquisição, tratando-se de tablets Samsung S10. Explicou que, na modalidade
111 outsourcing, há seguro dos aparelhos. Bianca sugeriu que seja apresentada devolutiva na próxima
112 reunião quanto à forma pela qual será realizada a aquisição dos aparelhos, explicando que, em um
113 primeiro momento, foi informado que os aparelhos seriam comprados, mas, posteriormente, houve
114 menção de que o processo ainda está em análise. Greziele perguntou sobre a atualização do sistema,
115 explicando que, quando ocorre uma atualização mais robusta, o sistema passa a apresentar
116 inconsistências na comunicação entre as unidades. Brito respondeu que, em algumas atualizações,
117 podem ocorrer erros posteriores que exigem análise da equipe técnica para as devidas correções.
118 Ressaltou, ainda, que, no que se refere às questões de envio de informações, dados e atualizações de
119 prontuários, a responsabilidade é da rede EMPRO, mas que transmitirá os fatos narrados. Reginalda
120 sugeriu e colocou em votação a convocação da EMPRO para participar do próximo fórum, a fim de
121 prestar esclarecimentos e responder aos questionamentos, por meio de ofício. A proposta foi
122 aprovada por unanimidade pelos presentes. Bianca reforçou para que os participantes do Fórum
123 compareçam à próxima reunião com as dúvidas previamente preparadas. A dentista Camila, da UBS

124 Fraternidade, perguntou se há notícias sobre a informatização das especialidades odontológicas. Brito
125 respondeu que toda a rede de especialidades odontológicas será informatizada, com início gradual
126 previsto para o mês de junho. Daiane pediu a palavra e relatou que cada unidade possui um
127 representante no projeto de elaboração de um protocolo operacional padrão (POP), ressaltando que
128 cada unidade deve encaminhar um representante que efetivamente colabore com os trabalhos e com
129 a formulação de ideias, pois será elaborado um protocolo definitivo. Reginalda ressaltou que as
130 mudanças somente poderão ocorrer de fato após o efetivo início da utilização dos tablets nos
131 trabalhos. Kopel perguntou se os conselheiros compareceram à diretoria da frota municipal, relatando
132 exemplos de casos em que veículos, após reparos, apresentaram novos problemas. Foi dito pelos
133 presentes que, em reunião anterior, foi informado haver processo de locação de veículos para as
134 unidades. Em seguida, foram levantadas questões relacionadas à falta de protetor solar, haja vista que,
135 inicialmente, houve o recolhimento de protetores solares que não apresentavam condições de uso,
136 sem que tivesse ocorrido a devida reposição para utilização pelos agentes de saúde. Foi deliberado e
137 aprovado, pelos presentes, a elaboração de ofício questionando o processo de locação de veículos
138 para as unidades de saúde, pois, conforme relatos, as unidades ainda enfrentam déficit de veículos e
139 não há conhecimento da disponibilização de veículos locados às unidades. Também foi aprovada a
140 elaboração de ofício questionando a reposição de protetores solares aos agentes de saúde, tendo em
141 vista que os anteriormente entregues haviam sido recolhidos por não estarem em condições de uso.
142 **ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada reunião às 15 horas, da**
143 **qual eu, Jordan Kamael Pinheiro Silva, lavrei a presente Ata cuja assinatura é facultada aos**
144 **presentes, que já assinaram o livro de presença próprio.**